MPMA CUMPRE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO E APREENDE MAIS DE R$ 60 MIL EM DINHEIRO

Posted on 20/12/2020 by Minuto Barra



A ação foi realizada por conta de uma denúncia feita pelo Mercadopago ao Ministério Público. De acordo com a denúncia, a empresa foi vítima de estelionato, por meio de perfis fraudulentos.

Category: Investigação

O Ministério Público do Maranhão, em parceria com a Polícia Civil, nesta quinta-feira, 17, cumpriu mandado de busca e apreensão em dois locais em Imperatriz. Autorizado pela justiça, a pedido da 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, o mandado resultou na apreensão de R$ 63 mil mais objetos que foram levados para análise.

Segundo a titular da 3ª Promotoria de Justiça Criminal, Raquel Chaves Duarte Sales, a ação foi realizada por conta de uma denúncia feita pelo Mercadopago.com representações LTDA ao Ministério Público. De acordo com a denúncia, a empresa foi vítima de estelionato, por meio de perfis fraudulentos que se utilizam de cartões de crédito comprometidos ou clonados na plataforma.

A empresa apresentou 22 pagamentos que somam a quantia de R$ 7.822,63, realizados no Mercado Pago, mas que depois de concluídos foram contestados pelos pagadores e, portanto, ressarcidos pela empresa em razão da possível prática de fraude. **CONTINUE LENDO ABAIXO A MATÉRIA;**

Esses pagamentos estão vinculados a 20 cadastros na plataforma, criados entre os dias 2 de julho de 2019 e 10 de janeiro de 2020. Todos estão vinculados ao mesmo IP (endereço do computador), inclusive com a mesma operadora de Internet, dados que levam à residência e à empresa virtual.

Operação

Na ação, além do dinheiro em espécie que estava escondido em uma parede com tomada falsa, foi encontrada uma arma de fogo. Também foram apreendidos outros itens para o curso da investigação, tais como telefones celulares. Os objetos apreendidos foram enviados para São Luís, para serem analisados pelo Departamento de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil.

“A prática de delitos no ou por intermédio do ambiente cibernético tem se tornado cada vez mais comum e exige dos órgãos de investigação adoção de tecnologias sofisticadas para melhor desvelar os fatos”, ressalta a promotora de justiça Raquel Chaves Duarte Sales.

Redação: CCOM-MPMA